

ECONOMIA INDUSTRIAL

Aulas 10A: 24/04/2008

Docente: Prof. Doutor Carlos Nuno Castel-Branco, Carlos Vicente e Nelsa Massingue

ABORDAGENS SOBRE INVESTIMENTO DIRECTO ESTRANGEIRO

1. Teorias clássicas sobre investimento directo estrangeiro (IDE)
 - a. Teoria neo-clássica: retornos relativos do capital dados certos pressupostos sobre vantagens comparativas, intensidade de factores e tecnologia, e retornos decrescentes do investimento em capital (dada a tecnologia)
 - i. Fluxos determinados por retornos relativos
 - ii. Dada tecnologia, intensidade de factores e retornos decrescentes no investimento em capital, fluxos serão de economias ricas (intensivas em capital) para economias pobres (intensivas em trabalho).
 - iii. Confirmando a teoria de H-O-S sobre equalização de intensidade de factores, preços e padrões de desenvolvimento; isto é, sobre convergência económica.
 - iv. Factores que influenciam IDE directamente:
 1. Vantagens comparativas
 2. Mercados livres
 3. Políticas macroeconómicas que sejam neutras sob o ponto de vista de comércio, e garantam estabilidade.
 - b. Teoria neo-clássica revisionista, associada com modelos endógenos de crescimento económico: Lucas
 - i. Fluxos de IDE determinados por retornos relativos no capital (teoria neo-clássica)...
 - ii. ...mas tais retornos são associados não só com vantagens comparativas e intensidade de factores relativa (teoria neo-clássica), mas sobretudo com a qualidade dos factores, relativa produtividade dos factores, qualificações e externalidades tecnológicas (modelos endógenos de crescimento, ou seja, revisão da teoria neo-clássica).
 - iii. Qualidade de factores obriga à revisão de dois postulados neo-clássicos:
 1. tecnologia é endógena, portanto não fixa
 2. mesmo em economias intensivas em capital, retornos no investimento em capital podem ser crescentes e mais altos que em economias intensivas em trabalho.
 - iv. Portanto, a direcção dos fluxos internacionais de capital depende das externalidades tecnológicas, não necessariamente de vantagens comparativas estáticas.
 - v. Políticas são, no entanto, semelhantes às neo-clássicas, com ênfase em abertura da economia para ter acesso ao stock internacional de

conhecimento e tecnologia; e estabilidade macroeconómica para favorecer a integração global dos mercados financeiros.

- c. Ciclo de negócio: Vernon
 - i. Invenção em economias desenvolvidas
 - ii. Exportação para economias menos desenvolvidas
 - iii. Vantagens locacionais resultam em sub-contractação
 - iv. Standardização completa resulta em IDE
- d. Divisão internacional do trabalho baseada em custos comparativos: Kojima
 - i. Standardização da tecnologia e mudanças nos custos de factores erodem as vantagens das economias desenvolvidas
 - ii. Que exportam activos produtivos para economias em desenvolvimento para tirarem proveito das vantagens relacionadas com custos relativos mais baixos da força de trabalho
 - iii. Subsidiárias exportam produtos para as economias de origem e para as regiões vizinhas (incluindo vendas no mercado doméstico)
 - iv. Economias desenvolvidas desenvolvem tecnológica e novos produtos
- e. "Nova" divisão internacional de trabalho: Frobel, Henrichs and Kreye
 - i. Standardização e baixos custos de transportes e comunicações criam a possibilidade de re-alocação de activos produtivos e processos de produção
 - ii. Re-alocação parcial dos processos de produção permite às empresas multinacionais (MNEs) beneficiar de concentrações industriais e de força de trabalho qualificada, a baixo custo, em todo o mundo
 - iii. Integração vertical à escala global
- f. Teorias ecléticas: Dunning *et al*
 - i. Vantagens de propriedade (intangibilidade de activos e capacidades produtivas) resultam em vantagens competitivas e exportações
 - ii. Vantagens locacionais relacionadas com altos custos de transacção – por exemplo, barreiras à importação – custos de factores, infra-estruturas, qualificações e capacidades, e proximidade de mercados
 - iii. Baixos custos de estabelecimento e operação de subsidiárias
 - iv. Transferência imperfeita das capacidades produtivas entre firmas
 - v. ...resultam em IDE.

2. Contributo do IDE para o desenvolvimento:

- a. Abordagem neo-clássica: se IDE acontece, é porque as condições económicas são vantajosas. Então, IDE é bom sinal e é positivo.
- b. Outras abordagens:
 - i. IDE é bom sinal...
 - ii. ... mas o seu contributo depende de:
 1. contributo líquido adicional para novo investimento e acumulação de capital
 2. contributo do IDE para crescimento económico: capacidade de gerar e utilizar externalidades; capacidade de aumentar produtividade da economia
 3. contributo do IDE na criação e aproveitamento de externalidades tecnológicas

4. contributo pecuniário do IDE

3. Incentivos e IDE:
 - a. Seja qual for a abordagem teórica, em todas elas incentivos operam na margem. O mais importantes são as condições mais básicas (fundamentais) da economia:
 - b. Abordagem neo-clássica
 - i. Condições básicas são: vantagens comparativas reveladas por mercados liberalizados; políticas macroeconómicas correctas; integração na economia mundial;...
 - ii. ...e (no caso dos revisionistas neo-clássicos), desenvolvimento da qualidade de factores (humanos e infra-estruturas).
 - c. Outras abordagens: ênfase em criação de capacidades produtivas e estratégias de mobilização e utilização de recursos e informação.
 - d. Incentivos específicos podem ajudar na margem, mas apenas se forem parte de estratégias de criação de capacidades industriais e mobilização e utilização de recursos. É a qualidade de tais estratégias, não os incentivos em si, que determina se os incentivos jogam algum papel positivo ou não.
 - e. No entanto, em geral incentivos não formam parte de tais estratégias:
 - i. Ou resultam de competição entre economias para ter acesso a escassos recursos de IDE, particularmente entre economias mais pobres e menos atractivas;
 - ii. Ou são adoptados para compensar por problemas económicos e de política mais sérios.
 - f. Incentivos têm um custo:
 - i. Pecuniário: fiscal, moeda externa e/ou poupança, e custos de administração;
 - ii. Políticos e institucionais: dificuldade de reduzir/eliminar uma vez adoptados; interesses servidos e protegidos; redução do poder das instituições públicas vis-à-vis as privadas;
 - iii. Económicos: tipo de investimento, sua estrutura e dinâmica; os benefícios sociais do IDE tendem a diminuir; e os custos sociais tendem a aumentar.
 - g. A adoptar incentivos, como enquadrá-los?
 - i. Estratégia de criação de capacidades e mobilização e utilização e recursos;
 - ii. Base selectiva e negociada, relacionada com objectivos económicos e desempenho
 - iii. Necessidade de informação